

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.469 - PR (2019/0199944-0)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : SILVANA BRUNOR
AGRAVANTE : ELIO CEZAR DE SOUZA NETO
ADVOGADO : ÉLIO CÉZAR DE SOUZA NETO (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR081487
AGRAVADO : ELECTROLUX DO BRASIL S/A
ADVOGADO : CHRISTIAN AUGUSTO COSTA BEPLER - PR031955

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REPARAÇÃO DE DANOS CUMULADA COM INDENIZATÓRIA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. DANO MORAL. AFASTAMENTO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não se verifica a alegada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, a questão que lhe foi submetida, não sendo possível confundir julgamento desfavorável, como no caso, com negativa de prestação jurisdicional ou ausência de fundamentação.
2. O eg. Tribunal de origem, soberano na análise do acervo fático-probatório carreado aos autos, concluiu que a conduta da recorrida não causou abalos de ordem moral aos recorrentes, e, por tal razão, indeferiu o pleito quanto à indenização por danos morais.
3. A alteração de tal entendimento demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme preconiza a Súmula 7/STJ.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator